Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Violência sexual infantil em Porto Velho – RO (2021 - 2025): análise epidemiológica e dos protocolos de atendimento na rede de proteção

Child sexual violence in Porto Velho, Rondônia (2021–2025): an epidemiological analysis and an examination of care protocols within the protection network

Violencia sexual infantil en Porto Velho – RO (2021 - 2025): análisis epidemiológico y de los protocolos de atención en la red de protección

Patricia Graciela Barbino[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar o perfil epidemiológico da violência sexual infantil em Porto Velho-RO, entre 2021 e 2025, e examinar os protocolos e fluxos de atendimento da rede de proteção, desde a identificação até o acompanhamento das vítimas. **Métodos:** Pesquisa aplicada, descritiva, de abordagem mista (qualiquantitativa), realizada em Porto Velho-RO. A etapa quantitativa utilizou dados secundários dos sistemas oficiais de informação em saúde (SINAN e SIM), analisados por estatística descritiva. A etapa qualitativa compreendeu a análise de protocolos e fluxos institucionais dos setores de saúde, assistência social e educação. Foram observados os princípios de confidencialidade e anonimização, conforme a Resolução CNS nº 466/2012. **Resultados:** Identificou-se maior incidência entre meninas de 10 a 14 anos, com predominância de agressores conhecidos, especialmente familiares e pessoas próximas. Destacaram-se os casos de estupro de vulnerável, recorrência dos abusos e gravidez precoce. Apesar da existência de protocolos formais, persistem fragilidades na articulação interinstitucional, na comunicação entre os serviços e na continuidade do acompanhamento. **Conclusão:** Evidenciam-se lacunas entre as normativas e as práticas institucionais, indicando a necessidade de fortalecer a integração da rede de proteção, padronizar os fluxos de atendimento e capacitar continuamente os profissionais envolvidos.

Palavras-chave: Violência sexual infantil, Epidemiologia, Rede de proteção.

ABSTRACT

Objective: To analyze the epidemiological profile of child sexual violence in Porto Velho-RO, between 2021 and 2025, and examine the protocols and care flows of the protection network, from identification to monitoring of victims. **Methods:** Applied, descriptive research, with a mixed approach (cualicuantitativa), carried out in Porto Velho-RO. The quantitative stage used secondary data from official health information systems (SINAN and SIM), analyzed using descriptive statistics. A qualitative stage includes the analysis of protocols and institutional flows in the health, social assistance and education sectors. The principles of confidentiality and anonymization were observed, in accordance with CNS Resolution No. 466/2012. **Results:** A higher incidence

[1] Programa de Residência Médica do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, Porto Velho – RO.

SUBMETIDO EM: 10/2026 | **ACEITO EM: 10/2026** | **PUBLICADO EM: 11/2026**

is identified among girls aged 10 to 14 years, with a predominance of known aggressors, especially family members and people close to them. Cases of rape of a vulnerable person, recurrence of abuse and early pregnancy stood out. Despite the existence of formal protocols, weaknesses persist in interinstitutional articulation, in communication between services and in the continuity of support. **Conclusion:** Gaps are evident between regulations and institutional practices, indicating the need to strengthen the integration of the protection network, standardize care flows and continuously train involved professionals.

Keywords: Child sexual violence, Epidemiology, Protection network.

RESUMEN

Objetivo: Analizar el perfil epidemiológico de violencia sexual infantil en Porto Velho-RO, entre 2021 y 2025, y examinar los protocolos y flujos de atención de la red de protección, desde la identificación até o el acompañamiento de las víctimas. **Métodos:** Investigación aplicada, descritiva, de abordagem mista (cualicuantitativa), realizada en Porto Velho-RO. A etapa quantitativa utilizou dados secundários dos sistemas oficiais de informação em saúde (SINAN e SIM), analizados por estadística descritiva. Una etapa cualitativa comprende el análisis de protocolos y flujos institucionales de los sectores de salud, asistencia social y educación. Foram observados os princípios de confidencialidade e anonimização, conforme a Resolução CNS nº 466/2012. **Resultados:** Se identifica mayor incidencia entre niñas de 10 a 14 años, con predominio de agresores conocidos, especialmente familiares y personas próximas. Destacaram-se os casos de estupro de vulnerável, recorrência dos abusos e gravidez precoce. Apesar de la existencia de protocolos formales, persisten fragilidades en la articulación interinstitucional, en la comunicación entre los servicios y en la continuidad del acompañamiento. **Conclusión:** Evidenciam-se lagunas entre as normativas e as práticas institucionais, indicando la necesidad de fortalecer la integración de la red de protección, padronizar los flujos de atención y capacitar continuamente a los profesionales involucrados.

Palabras clave: Violencia sexual infantil, Epidemiología, Red de protección.

INTRODUÇÃO

A violência sexual na infância está associada a impactos significativos na saúde física, emocional e mental das vítimas, podendo gerar consequências duradouras que comprometem o desenvolvimento individual e persistem até a vida adulta (TAVARES LVS, et al., 2026). Por ocorrer frequentemente em contextos de confiança, como no ambiente familiar ou entre pessoas próximas, sua identificação e denúncia tornam-se mais difíceis, favorecendo a invisibilidade dos casos (DESLANDES SF, 2021, RUBIO CAR, 2025).

A compreensão desse fenômeno requer abordagem que ultrapasse a análise quantitativa das notificações. É necessário considerar características das vítimas, circunstâncias da violência, vínculo com os agressores e fatores sociais que influenciam sua ocorrência e reconhecimento. Nesse contexto, os sistemas de vigilância em saúde exercem papel fundamental na produção de informações epidemiológicas capazes de subsidiar ações de prevenção, monitoramento e formulação de políticas públicas (MARTINS CBG, et al., 2019).

Entretanto, os registros oficiais não refletem a totalidade dos casos. A violência sexual infantil permanece amplamente subnotificada devido ao medo, à vergonha, às ameaças dos agressores. Além disso, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL, 1990). A dependência afetiva das vítimas e as limitações dos mecanismos institucionais de denúncia e acolhimento também dificultam a identificação dos casos. Ademais, dificuldades de acesso aos serviços de proteção contribuem para a invisibilidade do problema (MELO RA, et al., 2021). Dessa forma, a interpretação dos dados exige cautela, considerando as limitações dos sistemas de notificação.

No município de Porto Velho, capital de Rondônia, a investigação dessa temática apresenta relevância especial. Suas características territoriais, sociais e econômicas podem influenciar tanto a ocorrência da violência quanto sua identificação pelos serviços públicos. Apesar da importância do tema, ainda são limitados

os estudos que descrevem de forma sistemática a realidade local, evidenciando a necessidade de pesquisas voltadas à compreensão do fenômeno nesse contexto.

A análise dos registros de violência sexual contra crianças entre 2021 e 2025 permite identificar tendências recentes e caracterizar o perfil epidemiológico dos casos notificados. Variáveis como idade, sexo, local da ocorrência, vínculo entre vítima e agressor e encaminhamentos realizados podem revelar padrões relevantes para a formulação de estratégias de prevenção e proteção. Essas informações contribuem para a qualificação das políticas públicas e para a definição de prioridades na gestão dos serviços.

Além da análise epidemiológica, é importante compreender como ocorre o atendimento às vítimas. A literatura aponta que a efetividade das ações depende da articulação entre diferentes setores e da existência de protocolos capazes de organizar os fluxos de atendimento e proteção (CUNHA CT, et al., 2026). A avaliação desses instrumentos permite compreender como as instituições atuam diante dos casos identificados e quais desafios interferem no acompanhamento das vítimas.

Nesse sentido, a Lei nº 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, estabelece diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, buscando reduzir a revitimização e garantir uma escuta adequada à sua condição de desenvolvimento (BRASIL, 2017). A análise dos protocolos e fluxos institucionais possibilita verificar como essas orientações são aplicadas na prática e identificar oportunidades de aprimoramento da assistência.

Outro aspecto relevante refere-se às fragilidades dos processos institucionais, incluindo dificuldades de comunicação entre os serviços, limitações estruturais, carência de capacitação profissional e desafios no acesso a atendimentos especializados. A compreensão desses fatores é essencial para fortalecer as estratégias de enfrentamento e ampliar a capacidade de resposta dos órgãos responsáveis pela proteção infantojuvenil.

Diante desse cenário, esta pesquisa propõe analisar a violência sexual infantil em Porto Velho-RO entre 2021 e 2025 sob duas perspectivas complementares: a epidemiológica e a institucional. A primeira busca caracterizar os casos registrados a partir das variáveis disponíveis nas bases de dados oficiais. A segunda tem como objetivo examinar os protocolos, fluxos e procedimentos adotados pelos serviços responsáveis pelo atendimento às vítimas.

A integração dessas perspectivas justifica-se pela necessidade de compreender não apenas a distribuição dos casos registrados, mas também a forma como os serviços respondem às demandas identificadas. Enquanto os dados epidemiológicos permitem dimensionar e caracterizar o fenômeno, a análise institucional possibilita identificar potencialidades e desafios relacionados à proteção e ao cuidado das vítimas, contribuindo para o fortalecimento e a qualificação da rede de proteção (RUBIO CAR, et al., 2025).

Espera-se que o estudo contribua para ampliar o conhecimento sobre a violência sexual infantil em Porto Velho, fornecendo subsídios para o fortalecimento das ações de prevenção, vigilância, cuidado e proteção integral às crianças e adolescentes. Ao reunir informações sobre o perfil dos casos e sobre a organização do atendimento, a pesquisa poderá apoiar o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção, identificação e acompanhamento das situações de violência, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da infância e adolescência.

MÉTODOS

Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, direcionados à solução de problemas específicos, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de proteção à criança no município de Porto Velho–RO.

Quanto aos fins, é uma pesquisa descritiva, visto que visa descrever as características, distribuição e aspectos relevantes da violência sexual infantil, bem como os fluxos de atendimento existentes, sem, contudo,

intervir diretamente nos fenômenos estudados. Quanto aos meios de abordagem, utiliza-se da metodologia mista (qualiquantitativa).

Qualitativa: Por meio da análise documental dos protocolos, normas e fluxos institucionais da rede de proteção, permitindo compreender a organização do atendimento, as responsabilidades legais e os mecanismos de prevenção à revitimização.

Quantitativa: Por meio da análise de dados secundários (epidemiológicos) provenientes de sistemas oficiais de informação (SINAN, SIM, registros policiais), permitindo a quantificação de casos, perfil das vítimas e padrões de ocorrência.

O recorte temporal abrange o período de 2021 a 2025, permitindo a observação de tendências recentes e a atualização do cenário local.

Etapas do Estudo

As principais etapas metodológicas desenvolvidas nesta pesquisa tiveram como finalidade demonstrar, de forma organizada e sequencial, o percurso adotado para a construção do estudo, desde o levantamento teórico e documental até a análise dos dados e elaboração dos resultados finais. Inicialmente, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita sintetizar conhecimentos produzidos sobre determinado tema e incorporar evidências científicas ao processo investigativo (MENDES KDS, et al., 2008).

Em seguida, procedeu-se à análise de documentos normativos relacionados à violência sexual infantil e à legislação brasileira vigente, (BRASIL, 2023). A análise documental foi realizada por meio da leitura sistemática dos protocolos de atendimento e demais documentos normativos que orientam a atuação da rede de proteção. Por ter diferentes formas de violência podendo ser vivenciadas como traumáticas, gerando prejuízos desenvolvimentais nos âmbitos emocional, cognitivo, comportamental e social (AGUIAR EV, 2020).

Após a seleção dos documentos, procedeu-se à análise por categorias temáticas previamente definidas, construídas a partir dos objetivos do estudo e do referencial normativo da área.

As categorias incluíram:

- fluxo de atendimento e encaminhamento dos casos;
- definição de atribuições e responsabilidades institucionais;
- articulação intersetorial entre os serviços da rede;
- procedimentos de notificação, registro e monitoramento;
- medidas de proteção e acompanhamento das vítimas e;
- mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações desenvolvidas.

Os documentos foram examinados quanto à presença, ausência, clareza e consistência dessas dimensões, permitindo identificar lacunas, inconsistências, sobreposições de atribuições e fragilidades operacionais.

Os achados foram sistematizados por categoria analítica e utilizados para fundamentar as conclusões apresentadas sobre os desafios e limitações dos protocolos analisados. Esse procedimento está alinhado à análise documental, que possibilita a produção de conhecimento a partir da interpretação crítica de documentos e registros institucionais (SÁ-SILVA JR, et al., 2009).

Em seguida, procedeu-se à coleta, tratamento e análise dos dados epidemiológicos referentes aos casos notificados, possibilitando a caracterização do fenômeno estudado. Dessa forma, o fluxograma contribui para a compreensão da metodologia empregada, evidenciando a sequência lógica das atividades realizadas e garantindo maior clareza e transparência ao processo de pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa fora realizado em três etapas sequenciais:

Etapa 1: Levantamento Bibliográfico e Documental realizara-se em uma revisão integrativa da literatura sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, com foco na legislação brasileira ECA, Lei

13.431/2017, Lei 13.931/2019, (BRASIL, 2017) e nos conceitos de proteção integral, notificação compulsória e rede de proteção.

Paralelamente, foram feitas coletas e análise documental dos protocolos de atendimento vigentes em Porto Velho–RO, incluindo normativas do CMDCA, SEMUSA, SEMAS e órgãos de segurança pública

Etapa 2: Coleta e Tratamento dos Dados Epidemiológicos Serão obtidos os dados secundários referentes aos casos notificados de violência sexual no município de Porto Velho no período de 2021 a 2025.

As fontes principais serão:

Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN);

Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), quando aplicável;

Registros estatísticos da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) ou equivalente em Porto Velho. Os dados serão tratados, respeitando o sigilo das informações (anonimização dos registros), e analisados por meio de estatística descritiva (frequências, percentuais), cruzando variáveis como faixa etária, sexo, vínculo com o agressor e local da ocorrência.

Etapa 3: Análise Integrada e Redação Final Na etapa final, os dados quantitativos epidemiológicos serão articulados com a análise qualitativa dos protocolos institucionais. os dados quantitativos epidemiológicos foram articulados aos resultados da análise documental qualitativa dos protocolos institucionais. Os documentos foram selecionados com base em sua vigência, aplicabilidade ao atendimento de vítimas de violência e relevância para a organização da rede de proteção.

Após a seleção, os protocolos foram submetidos à leitura sistemática e examinados por categorias analíticas previamente definidas, incluindo fluxo de atendimento, atribuições institucionais, articulação intersetorial, procedimentos de notificação e acompanhamento dos casos, e medidas de proteção às vítimas.

Estudos apontam associação entre a violência sexual na infância e diversos agravos à saúde mental, incluindo transtornos depressivos, ansiedade, comportamento suicida e dificuldades de desenvolvimento psicossocial (PLATT VB, et al., 2018, MALTA DC, et al., 2017).

A comparação entre os documentos permitiu identificar convergências, divergências, lacunas operacionais e inconsistências normativas, cujos resultados foram interpretados de forma integrada aos indicadores epidemiológicos, contribuindo para a compreensão das potencialidades e fragilidades da rede de atendimento (SANTOS et al., 2023).

O objetivo é identificar lacunas entre o que ocorre na prática dados reais e o que é prescrito normativamente protocolos, produzindo uma discussão crítica sobre a efetividade da rede de proteção em Porto Velho. Por fim, fora elaborada a redação do trabalho-artigo.

Considerações Éticas

Esta pesquisa está em total conformidade com as diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012 e suas complementares, do Conselho Nacional de Saúde do Brasil. Por caracterizar-se como pesquisa documental baseada em dados secundários, o estudo não prevê interação direta com seres humanos, o que reduz significativamente os riscos de natureza emocional, psicológica ou social aos indivíduos potencialmente envolvidos nas informações analisadas (BRASIL, 2016; MINAYO MCS, 2014).

Sigilo e Anonimato: Todas as informações obtidas serão tratadas com rigoroso sigilo. Os dados extraídos do SINAN e de bases policiais serão anonimizados, não permitindo a identificação individual das crianças, adolescentes ou famílias.

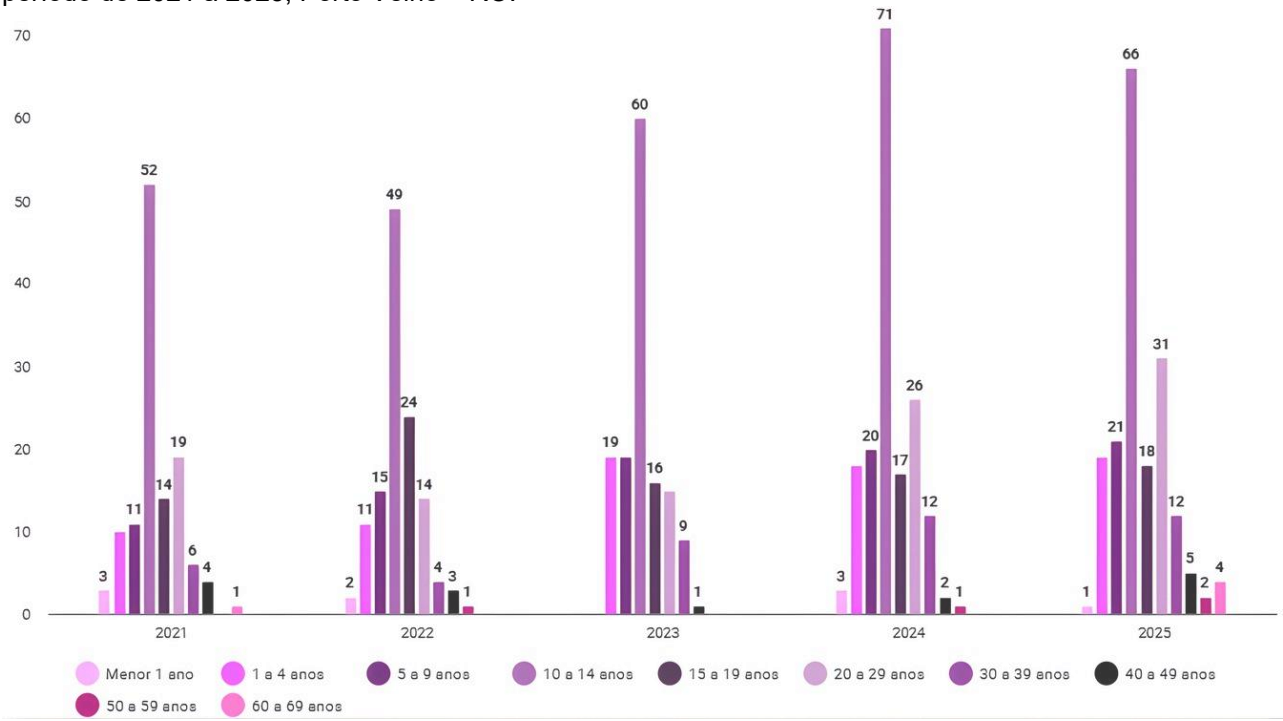
Ética no Uso de Dados: A pesquisa não utiliza dados pessoais sensíveis de forma identificável. Caso haja necessidade de acesso a bancos de dados restritos, serão solicitadas as devidas anuências das instituições detentoras dos dados, comprometendo-se o pesquisador a utilizar as informações exclusivamente para fins acadêmicos e estatísticos.

De acordo com Brasil (2017) a Lei nº 13.431/2017 e o guia do Conselho Nacional do Ministério Público oferecem referências para examinar os fluxos de atendimento, a articulação institucional e os procedimentos de escuta protegida. Fortalecimento da Rede de Proteção: A análise crítica dos protocolos de atendimento poderá apontar falhas na articulação intersetorial, sugerindo melhorias nos fluxos de notificação, acolhimento e encaminhamento, visando reduzir a revitimização das crianças.

Produção de Conhecimento Acadêmico: O estudo preencherá lacunas sobre a realidade específica da violência sexual infantil na região amazônica/rondoniense, oferecendo uma visão contextualizada que difere das médias nacionais, enriquecendo o debate científico na área de saúde coletiva, direito e serviço social. Divulgação Científica: Os resultados poderão ser apresentados em eventos acadêmicos e publicados em revistas científicas, ampliando a visibilidade do tema e sensibilizando a comunidade técnica e a sociedade civil sobre a urgência do enfrentamento dessa violência.

O fato das vítimas serem, em sua maioria, me ninas, com idade que compreende o início da ado lescência, costuma-se imputar as mesmas, a culpa da agressão, uma vez que vivenciam uma fase em que já não são mais crianças e despertam para feminilidade, devido ao aparecimento dos caracteres sexuais secun dários (MIRANDA MIF, et al., 2014).

Figura 1 - Distribuição das notificações de Violência Sexual contra o sexo Feminino segundo Faixa Etária, no período de 2021 a 2025, Porto Velho – RO.

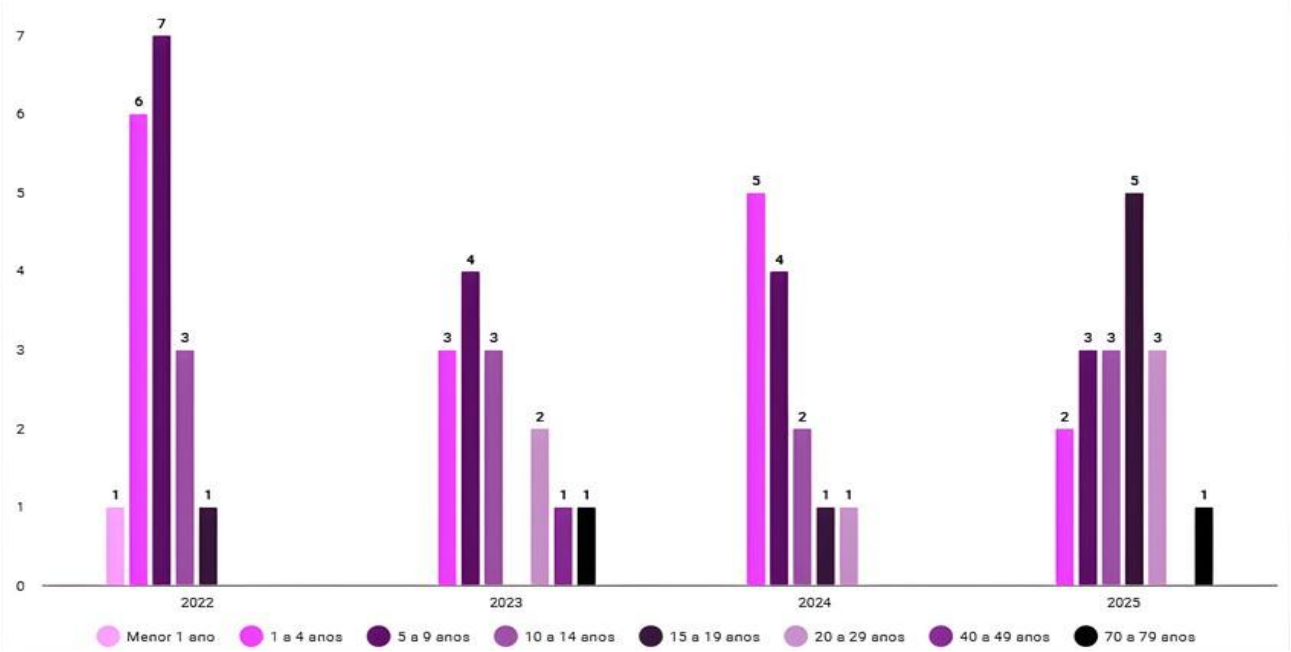


Nota: Sinan-net/DCNT/DVS/SEMUSA/PV/RO, acesso 26/09/2026.
Fonte: Barbino PG, 2026.

Entre 2021 e 2025, as notificações de violência sexual contra mulheres concentram-se principalmente em crianças e adolescentes. As faixas etárias mais atingidas, em ordem decrescente de registros, são: 10 a 14 anos, 5 a 9 anos. Nas demais idades, a frequência de notificações é significativamente menor (Sinan-net/DCNT/DVS/SEMUSA/PV/RO, 2025).

Esse panorama evidencia que o maior número de ocorrências se concentra entre meninas de 10 a 14 anos, revelando a elevada vulnerabilidade desse grupo. O perfil identificado reforça a gravidade da violência sexual como problema de saúde pública e aponta para a necessidade de intensificar ações de prevenção, vigilância, proteção integral e fortalecimento da rede de atenção voltada às crianças e adolescentes do sexo feminino.

Figura 2 - Distribuição das notificações de Violência Sexual contra o sexo Masculino segundo Faixa Etária, no período de 2021 a 2025, Porto Velho – RO.



Nota: Sinan-net/DCNT/DVS/SEMUSA/PV/RO, acesso 26/09/2026.
Fonte: Barbino PG, 2026.

De acordo com o quadro distribuição das notificações de Violência Sexual contra o sexo Masculino Entre 2022 e 2025, as notificações de violência sexual contra o sexo masculino concentram-se majoritariamente em crianças e adolescentes. Somando as faixas etárias de menores de 1 ano até 14 anos, registraram várias ocorrências, esse contraste evidencia a maior vulnerabilidade do público infantojuvenil.

As faixas etárias mais atingidas, em ordem decrescente de registros, 5 a 9 anos, 1 a 4 anos, 10 a 14 anos. Nas demais idades, os registros aparecem de forma esporádica ao longo do período analisado. (Sinan-net/DCNT/DVS/SEMUSA/PV/RO, 2026)

Embora a violência sexual também afete meninos, o número total de notificações é significativamente menor em comparação ao observado entre meninas, reforçando a maior magnitude do agravo no sexo feminino. Ainda assim, os dados ressaltam a necessidade de vigilância ativa, identificação precoce e fortalecimento das ações de proteção integral, garantindo atenção também aos meninos vítimas de violência sexual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados desta investigação permite compreender as complexas interações entre os indicadores epidemiológicos quantitativos do agravo e as respostas institucionais desenhadas para o seu enfrentamento no município de Porto Velho-RO. A discussão traz apontamentos relevantes sobre possíveis fragilidades da rede de proteção. Contudo, para fortalecer a consistência metodológica do estudo, recomenda-se explicitar os protocolos e documentos institucionais analisados, bem como os critérios e categorias utilizados na identificação das fragilidades descritas

Embora os números sejam menores em comparação ao estupro de vulnerável, o abandono de incapaz compromete diretamente a integridade física e emocional de crianças, configurando uma forma de violência silenciosa, mas igualmente grave. Assim essa característica contribui para a manutenção do silêncio, para a baixa revelação dos casos e para a persistência da violência ao longo do tempo (PLATT VB et al., 2018).

Crimes de natureza sexual: estabilidade relativa. Os crimes de natureza sexual, categoria distinta do estupro de vulnerável apresentam relativa estabilidade, oscilando entre 98 e 120 casos ao longo dos cinco anos.

Essa constância pode indicar tanto uma subnotificação quanto uma dificuldade em classificar juridicamente determinadas condutas. Ainda que os números sejam menores, a permanência da incidência demonstra que a violência sexual, em suas diversas formas, é um fenômeno persistente e multifacetado (ESPÍRITO SANTO MR, et al., 2025).

Acesso restrito a dados

Possibilidade de dificuldade de acesso a bases atualizadas ou completas de instituições, como órgãos policiais e conselhos tutelares. Utilizar múltiplas fontes de informação, incluindo saúde e segurança pública, para ampliar a análise e favorecer a triangulação dos dados. A articulação entre os setores da saúde, assistência social, segurança pública, educação e sistema de justiça, bem como da existência de fluxos e protocolos intersetoriais capazes de assegurar proteção integral e evitar a revitimização (MOREIRA GAR, et al., 2020).

Risco emocional ao pesquisador

Possível impacto emocional decorrente da análise de informações relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes. Organizar o processo de pesquisa e, quando necessário, buscar supervisão e apoio acadêmico.

Tabela 1 - Síntese das notificações de violência sexual segundo sexo e faixa etária, Porto Velho–RO, 2021-2025.

Aspectos analisados	Sexo feminino	Sexo masculino
Faixas etárias com maior número de notificações	10 a 14 anos, seguida de 5 a 9 anos.	5 a 9 anos, seguida de 1 a 4 anos e 10 a 14 anos.
Perfil predominante	Concentração das notificações entre crianças e adolescentes, especialmente meninas de 10 a 14 anos.	Predomínio das notificações entre crianças e adolescentes, com destaque para a faixa de 5 a 9 anos.
Distribuição por idade	As notificações concentram-se principalmente nas faixas etárias infantojuvenis, com frequências menores nas demais idades.	Entre 2021 e 2025, foram relatadas 53 ocorrências em indivíduos com menos de 1 ano até 19 anos.
Interpretação dos resultados	Os dados evidenciam a importância de fortalecer a prevenção, a vigilância e a proteção integral de meninas e adolescentes.	Os registros ressaltam a necessidade de identificar precocemente as situações de violência e assegurar proteção também aos meninos.
Implicações para a rede de proteção	Intensificar ações educativas, acolhimento humanizado, notificação e acompanhamento intersetorial.	Ampliar a vigilância ativa, qualificar os profissionais para a identificação dos casos e garantir atendimento adequado às vítimas.

Fonte: Barbino PG, 2026.

Tabela 2 - Distribuição dos casos de violência sexual infantil em Porto Velho, Rondônia, segundo faixa etária, sexo e relação ao perfil do agressor.

Variável	N	%
Sexo		
Masculino	11	11
Feminino	89	89
Idade		
0-9	15	15
10-14	55	55
Perfil do agressor		
Conhecido da vítima	85	85
Desconhecido	15	15
Tipo de violência		
Estupro de vulnerável	90	90
Total	**100**	**-**

Fonte: Barbino PG, 2026.

Análise dos dados sobre violência sexual infantil em Porto Velho

A análise dos dados demonstra que Rondônia enfrenta um cenário preocupante de violência contra crianças e adolescentes, com destaque para a violência sexual contra vulneráveis, que permanece entre as ocorrências mais frequentes. O crescimento dos casos de abandono de incapaz e de corrupção de menores evidencia que essa violência se manifesta não apenas por meio de abusos diretos, mas também pela negligência familiar e pela exposição à criminalidade (LIMA RS, et al., 2025).

Em Porto Velho, o perfil epidemiológico da violência sexual infantil acompanha as tendências observadas em âmbito nacional. A faixa etária de 10 a 14 anos concentra a maior parte das notificações, com predominância de vítimas do sexo feminino. Além disso, a maioria dos agressores é conhecida da vítima, indicando que a violência ocorre, frequentemente, em ambientes de convivência e confiança. Observa-se também elevada recorrência dos abusos, fator que agrava seus impactos físicos, emocionais e sociais (ARDENGHI FO, et al., 2024).

Os registros de gravidez entre adolescentes vítimas reforçam a gravidade do problema e evidenciam fragilidades nos mecanismos de proteção, prevenção e acesso aos serviços especializados.

Tabela 3 - Nascidos vivos em Porto Velho-RO, 2021 a 2025.

Ano	Nascidos vivos (n)
2021	112
2022	92
2023	95
2024	76
2025	81
Total	**456**

Fonte: Barbino PG, 2026.

Observa-se redução do número de nascidos vivos ao longo do período analisado, passando de 112 registros em 2021 para 76 em 2024, o menor valor da série. Em 2025, verificou-se um discreto aumento para 81 nascidos vivos, sem atingir os valores observados nos anos iniciais. No período de 2021 a 2025, foram contabilizados 456 nascidos vivos. A tendência geral indica diminuição dos registros ao longo dos anos, com pequenas oscilações entre 2022 e 2025 (BRASIL, 2026). Essa variação pode refletir mudanças demográficas, socioeconômicas e no acesso aos serviços de saúde e planejamento reprodutivo, devendo ser analisada em conjunto com outros indicadores epidemiológicos do município.

Embora o aumento das notificações possa estar relacionado ao fortalecimento dos sistemas de vigilância e à ampliação das denúncias, os dados também sugerem a persistência de fatores sociais associados à ocorrência da violência, como desigualdades socioeconômicas, vulnerabilidade social e fragilidades nas redes de proteção e nas políticas públicas voltadas à infância e adolescência (AQUINO EVO, et al., 2021; RUBIO CAR, et al., 2025).

Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer as ações integradas entre saúde, assistência social, educação, segurança pública e sistema de justiça. Investimentos em prevenção, capacitação profissional, campanhas de conscientização e qualificação do atendimento às vítimas são fundamentais para reduzir a incidência dos casos e garantir proteção integral às crianças e adolescentes. A análise desses indicadores fornece subsídios importantes para o planejamento de políticas públicas mais efetivas, contribuindo para o enfrentamento da violência sexual infantil e para a promoção dos direitos da infância e adolescência.

CONCLUSÃO

A violência sexual contra crianças em Porto Velho-RO, entre 2021 e 2025, configura uma grave violação dos direitos humanos e um importante problema de saúde pública. Os dados analisados indicam maior concentração de notificações entre meninas de 10 a 14 anos. Os registros também evidenciam a necessidade de considerar as relações entre vítimas e possíveis agressores, sem generalizações. A recorrência dos casos e os registros de gravidez entre adolescentes vítimas reforçam a importância da prevenção, da identificação precoce e do acompanhamento contínuo. Embora existam normas e protocolos voltados ao atendimento e à redução da revitimização, persistem desafios relacionados à articulação da rede de proteção, à comunicação entre os serviços e à continuidade do cuidado. Além disso, fatores socioeconômicos, territoriais e geográficos podem influenciar o acesso aos serviços especializados. Nesse contexto, a análise integrada dos dados epidemiológicos e dos procedimentos institucionais contribui para identificar necessidades locais e subsidiar estratégias mais eficazes de prevenção, acolhimento e proteção às crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradeço às instituições da rede de proteção de Porto Velho-RO, incluindo os serviços de saúde, assistência social, educação, que possibilitaram o acesso aos dados e documentos necessários para a realização desta pesquisa. Reconhecemos também a colaboração dos profissionais que contribuíram com informações e apoio técnico durante o estudo.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR EV e FERREIRA CAL. Violência sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais: revisão integrativa de literatura. Psicologia e Saúde em Debate, 2020; 6(2).
2. AQUINO EVO, et al. Fatores socioeconômicos e saúde de crianças em contexto de violência. Aletheia, 2021; 54(1): 96-104.
3. ARDENGHI FO, et al. Caracterização do ato do abuso na agressão sexual infantil: uma revisão de escopo. Cadernos Cajuína, 2024; 9(6).
4. BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006.
5. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
6. BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, 2017.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC): painel de monitoramento de nascidos vivos. Brasília: Ministério da Saúde, 2026.

8. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Dados sobre violência sexual infantil. Brasília: MDH, 2023.
9. CUNHA CT, et al. The persistence of sexual violence in Brazil: temporal evolution of rape and sexual abuse of vulnerable individuals registers, 2021-2025. Artefactum Revista de Estudos Interdisciplinares, 2026; 25(8).
10. DESLANDES SF. O atendimento da violência sexual infantil na rede de serviços de saúde. Cadernos de Saúde Pública, 2021; 37(2).
11. ESPÍRITO SANTO MR, et al. Fatores que interferem na notificação da violência sexual contra crianças e adolescentes: revisão integrativa. Revista Enfermagem UERJ, 2025; 33: e85873.
12. LIMA RS e BUENO S. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.
13. MALTA DC, et al. Fatores associados à violência contra crianças em serviços sentinela de urgência nas capitais brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva, 2017; 22(9): 2889-2898.
14. MARTINS CBG e JORGE MHPM. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. Texto & Contexto Enfermagem, 2019; 28: e20170568.
15. MELO RA, et al. Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: magnitude, perfil e tendências. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 2021; 30(4): e2020987.
16. MENDES KDS, et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enfermagem, 2008; 17(4): 758-764.
17. MINAYO MCS. Violência contra crianças e adolescentes: uma questão de saúde pública. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 2011; 11(2).
18. MIRANDA MIF, et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes em um município da Região Norte do Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras, 2014; 14(2): 96-104.
19. MOREIRA GAR, et al. Rede de proteção à criança e ao adolescente vítima de violência sexual: integração intersetorial e desafios. Saúde em Debate, 2020; 44(126): 1189-1201.
20. PLATT VB, et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. Ciência & Saúde Coletiva, 2018; 23(4): 1019-1031.
21. RUBIO CAR, et al. Rede de proteção às crianças/adolescentes vítimas de violência: revisão de escopo. Ciência & Saúde Coletiva, 2025; 30(3): e18142023.
22. SÁ-SILVA JR, et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009; 1(1): 1-15.
23. SANTOS VP, et al. Análise da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de violência: desafios para a articulação intersetorial. Saúde e Sociedade, 2023; 32(1): e220415.
24. TAVARES LVS, et al. Violência sexual infantojuvenil: validação de formulário médico pela técnica Delphi. Ciência & Saúde Coletiva, 2026.